



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000547-35.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato**
 Documento de Origem: **IP - 475/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ABIDIEL GONÇALVES LEMES e outro**

Aos 17 de maio de 2018, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **ABIDIEL GONÇALVES LEMES**, acompanhado do defensor, Dr. Emerson Roberto Pereira. Presente também o réu **CRISTIANO CABRAL DA CUNHA PEREIRA**, acompanhado dos defensores, Dr. Nelson Francisco Temple Bergonso e Dr. Eraldo Beltrame. Iniciados os trabalhos, foram inquiridas as testemunhas de acusação Elcio Marcos Bezerra e Gabriel Vergara Gonzales (testemunha comum). Ausente a testemunha de acusação Dagoberto Monteiro Ricetti. Ausente também a testemunha de defesa Paulo Ferreira Andrade Júnior. As partes desistiram da oitiva destas testemunhas. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a inquirir a testemunha de defesa Clayton da Cunha Pereira e interrogando o réu ao final. A colheita de toda a prova (depoimentos das testemunhas e interrogatório dos acusados) foi feita através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ e nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: Os réus foram denunciados como incurso no artigo 171, caput, c.c. o artigo 29, caput, ambos do Código Penal, uma vez que segundo a denúncia ambos de utilizaram de um cheque, preenchido por Abdiel, produto de furto, entregando ao despachante, que foi enganado e com isso obtiveram documento de veículo relacionado a serviço prestado. Entendo que, após a instrução processual, o crime de estelionato não ficou suficientemente demonstrado. Como ensina Vitor Eduardo Rios Gonçalves “estelionato é um crime marcado pelo emprego de fraude, uma vez que ao gente, valendo-se de artimanha, consegue enganar a vítima e convence-la a entregar-lhe um bem ...” (Direito Penal., 5ª edição, página 452). Com este citação doutrinária conclui-se que a obtenção da vantagem deve ser concomitante ao emprego da fraude, mas, essa conjugação não restou demonstrada. Na polícia o despachante disse que entregou o documento do veículo no exato instante em que o cheque lhe foi entregue, de modo que a pensar com esta versão teria havido então fraude no exato instante em que o documento foi entregue. Ocorre que em juízo esta mesma vítima disse que o cheque foi entregue posteriormente após a entrega que ele fez do documento do veículo. Em seu interrogatório Abdiel disse que o cheque encartado nos autos foi dado em substituição a um outro título que havia sido retornado. Assim, não ficou suficientemente demonstrado que tenha havido fraude no exato instante em que o serviço e o documento foram prestados e que esta entrega tenha ocorrido mediante o ardis apresentado por Abdiel. Diante desse quadro entendo que o crime não ficou suficientemente comprovado. Isto posto, requeiro a absolvição dos acusados. **Dada a palavra À DEFESA do réu ABIDIEL GONÇALVES LEMES :** MM. Juiz:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

A Defesa de Abdiel reitera a judiciosa manifestação do Dr. Promotor de Justiça, requerendo a absolvição do acusado Abdiel Gonçalves Lemes. **Dada a palavra À DEFESA do réu CRISTIANO CABRAL DA CUNHA PEREIRA:** MM. Juiz: A absolvição do réu Cristiano é medida de rigor, tendo em vista não existir nos autos elementos suficientes que possam colaborar com o depoimento isolado do réu Abdiel. Muito pelo contrário. A prova testemunhal demonstra que não houve qualquer interferência na relação prestada entre o Zezinho Despachante com o corréu Abdiel. Por fim, a Defesa reitera os fundamentos apresentados pelo ínclito representante ministerial. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ABDIEL GONÇALVES LEMES**, RG 44.482.649 e **CRISTIANO CABRAL DA CUNHA PEREIRA**, RG 32.626.434, qualificados nos autos, foram denunciados como incurso nas penas do artigo 171, caput, c.c. o artigo 29, caput, ambos do Código Penal, porque em data incerta, porém certamente em meados do mês de setembro de 2015, no estabelecimento “Agostinho e Bezerra S/S Ltda-ME.”, nome fantasia “Zezinho Despachante”, situado na Rua Conde do Pinhal, nº 2173, Centro, nesta cidade e comarca, Cristiano e seu então funcionário Abdiel, previamente ajustados e agindo com unidade de propósitos e desígnios, obtiveram, para eles, vantagem indevida consistente em R\$ 600,00 (seiscentos reais), em detrimento da aludido estabelecimento, representando por seu sócio Elcio Marcos Bezerra, mediante a fraude que abaixo será descrita. Consoante apurado, à época dos fatos Cristiano era o proprietário do estabelecimento comercial “Cunha Veículos” (Cunha Pereira Comércio e Serviços Ltda.), pelo que Abdiel era seu funcionário. Consta ainda que, segundo o próprio CRISTIANO, a empresa vítima prestava regularmente seus serviços de despachante ao estabelecimento “Cunha Veículo”, a fim de regularizar os documentos dos automotores que comercializavam. Ocorre que, no período supramencionado, após entregarem alguns documentos ao estabelecimento de Elcio Marcos Bezerra e solicitarem os seus préstimos, os denunciados decidiram envidar esforços para obter vantagem em seu prejuízo. Para tanto, eles se utilizaram da cártula de cheque colacionada aos autos, a qual, além de se tratar de produto de crime, foi devidamente preenchida por ABDIEL. Uma vez no local e após receber alguns documentos regularizados pelo despachante, ABDIEL entregou o título de crédito acima mencionado como forma de pagamento, no valor de R\$ 600,00, mesmo sabendo que ele jamais seria descontado, permitindo assim que seu patrão não arcasse com os custos dos serviços solicitados. A entrega do título de crédito foi previamente combinada com o seu patrão, o ora denunciado Cristiano, que auferiu a vantagem indevida. E tanto isso é verdade, que ao descontar a cártula em comento, Elcio foi informado pelo banco acerca da sua procedência espúria, fato este confirmado pela testemunha Gabriel Vergara Gonzales. Ainda, ao ser localizado, Dagoberto Monteiro Ricetti confirmou ser o verdadeiro titular da folha de cheque em tela, oportunidade em que esclareceu que diversos talões bancários foram subtraídos de seu estabelecimento. No mais, ele afirmou desconhecer a pessoa de ABDIEL, bem como que a assinatura aposta no título apreendido nestes autos era falsa. Realizado exame grafotécnico, a perícia concluiu que os dados apostos no cheque provieram do punho de ABDIEL. No mais, o dolo dos denunciados é manifesto. Primeiro, porque se utilizaram de um cheque furtado e preenchido por ABDIEL para pagar por serviços alheios, em benefício do patrão, induzindo em erro os funcionários e os sócios do estabelecimento vítima. Segundo, porque nenhum deles (denunciados) soube explicar a razão de ABDIEL ter se utilizado de uma cártula bancária espúria para quitar a aludida confecção de documentos em nome e em benefício de Cristiano. Recebida a denúncia (pag.149), o réu Abdiel foi citado (fls. 161) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 162/176). O réu Cristiano não foi citado pessoalmente (fls. 244), sendo citado por edital (fls. 275/276 e 295/297) e constituído defensor e apresentado resposta à acusação (fls. 278/294). Este acusado, ainda, manifestou-se nos autos no sentido de não aceitar a proposta de suspensão condicional do processo formulada pelo MP (fls. 304/305), sendo citado pessoalmente (fls. 331). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas duas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

testemunhas de acusação, uma testemunha de defesa e os réus foram interrogados. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela absolvição dos réus tendo em vista que o crime não ficou suficientemente comprovado, sendo acompanhado pela Defesa dos réus, querendo a de Cristiano o reconhecimento de que o mesmo não teve participação nos fatos. **É o relatório. DECIDO.** Por mais que se medite sobre a questão “sub judice”, de estelionato não se pode cogitar. A prova hoje produzida, mesmo reconhecendo que todas as partes envolvidas, réus e vítimas, foram reticentes, o que ficou revelado, especialmente no depoimento da vítima, um dos proprietários do escritório de despachante que prestava serviços para o estabelecimento “Cunha Veículos”, de propriedade na ocasião do réu Cristiano, é que o cheque recebido e que menciona a denúncia representou débito pré-existente e segundo o declarante promovido pelo réu Abdiel. Se foi mesmo Abdiel o único responsável pela contratação do serviço, como ele trabalhava no comércio de Cristiano, certeza mesmo também não existe. O que se tem de demonstrado é que o comércio de compra e venda de veículos utilizava do serviço de despachante do escritório da vítima. É possível que no caso do cheque os serviços contratados seriam de responsabilidade única de Abdiel. Mesmo que isso tivesse acontecido, o fato é que a entrega do cheque se deu, como disse a vítima, após diversas cobranças pelos serviços realizados. Assim, mesmo reconhecendo que se tratou de cheque inidôneo e falso, que foi preenchido pelo réu Abdiel, porque ele próprio admitiu e o laudo grafotécnico confirma, não se caracterizou na espécie o crime de estelionato. Isto porque não se extrai da prova qual teria sido o artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento de que tivesse se valido o réu para induzir ou manter a vítima em erro. O crime de estelionato somente ocorre quando coincidem de forma plena o proveito do sujeito ativo e o prejuízo do sujeito passivo. Preexistindo a vantagem, como aqui aconteceu quando houve a entrega do cheque falso, não há como reconhecer o delito em julgamento que é classificado de natureza patrimonial. Se já existia o débito, que não vinha sendo pago e era até cobrado como afirmou a vítima, a entrega e o recebimento do cheque que está mencionado nos autos não modifica a situação e tal acontecimento impossibilitava a ocorrência de fraude. Inclusive, existem referências de que posteriormente o escritório entrou com ação cível contra o réu Cristiano e em tal cobrança não se pode afastar a possibilidade de nela ter sido incluído o débito noticiado na representação. E se ele não foi incluído a cobrança poderia ter sido feita pelo réu Abdiel, que segundo a vítima, foi o responsável pela contratação do serviço. Reconhecendo que o crime não se configurou, desnecessário abordar o envolvimento e a responsabilidade de cada um dos réus no episódio. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e ABSOLVO os réus ABDIEL GONÇALVES LEMES e CRISTIANO CABRAL DA CUNHA PEREIRA**, com fundamento no artigo 386, III, do CPP. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz:

Promotor:

Defensores:

Réus: